

Revista do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro ANO XVI — nº 50 — Agosto de 2022

Democracia em risco

Eleição deste ano pode ser a mais tensa da história do país, com ataques a instituições republicanas e serviços públicos | Páginas 15 a 17







ÍNDICE

Editorial





A sombra da PEC 32 e a Reforma Administrativa silenciosa

5

As lutas dos trabalhadores em ano de eleições polarizadas



Mulheres ocupam espaços para construir uma política mais representativa



As ameaças à democracia neste período eleitoral são risco real?





Guerra cultural de Bolsonaro

Unicamp abriga o maior acervo da história social do país



Tragédia mais que anunciada

Com os olhos voltados somente para a Guerra da Ucrânia

da força e
Justiça: um
debate sobre
limites



Entre o passado e o presente



SISEJUFE
SINDICATO DOS SERVIDORES DAS JUSTIÇAS
FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11° andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003 TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: http://sisejufe.org.br – E-MAIL: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriano Nunes · Alexander Oliveira · Alexandre Graciano · Alexandre Magno · Amaro Faustino · Andrea Capellão · Anny Figueiredo · Carlos Eduardo Cruz · Carlos Henrique Ramos · Dulavim De Oliveira · Edson Mouta · Eliene Valadão · Fernanda Lauria · Helena Cruz · luri Peixoto · João Victor Albuquerque · Joel Lima · José Ricardo Horta · Juliana Avelar · Larissa Lima Azevedo · Laura Diógenes · Leila Nascimento · Licius Coelho · Lucas Ferreira Costa · Lucena Pacheco Martins · Luis Amauri Pinheiro · Maria Eunice Barbosa · Mariana Petersen · Mariana Liria · Michel Carneiro · Neli Rosa · Nilton · Pinheiro · Pietro Valério · Ricardo de Azevedo Soares · Ricardo Loureiro · Ricardo Quiroga · Rodrigo Alcantara · Ronaldo Das Virgens · Soraia Garcia Marca · Tereza Ribeiro · Valter Nogueira Alves · Vitor Hugo Teixeira ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda.

CONSELHO EDITORIAL: Fernanda Lauria · José Ricardo de Almeida Horta · Lucas Ferreira Costa · Lucena Pacheco Martins · Luís Amauri Pinheiro de Souza · Maria Eunice Barbosa · Mariana Liria · Ricardo Quiroga Vinhas · Soraia Garcia Marca · Valter Nogueira Alves · Vera Miranda

IDEIAS EM REVISTA

Coordenação: Tais Faccioli (MTE 22185) • Edição: Max Leone (MTE RJ/19002/JP) • Heloiza Gomes (MTE RJ 17.091) • Redação: Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685) • Ingrid Figueirêdo (0041830/RJ) • Manuella Soares (Fenaj/JP 31684-RJ) • Projeto gráfico e diagramação: Gilson Castro • IMPRESSÃO: Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 3.000

"Os textos apresentados e veiculados nesta publicação, exceto os artigos assinados, são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados."







Na luta por direitos e contra o retrocesso



ano de 2022 tem sido de luta árdua para o Judiciário Federal, seja na busca de direitos, seja para evitar mais retrocessos. Obviamente, esse é um retrato do país, com milhões de desempregados, milhões passando fome, inflação galopante, o serviço público sendo sucateado, assassinato de ativistas ambientais e corrupção escandalosa na Educação.

Com metade do ano já decorrido, as lutas e as mobilizações se acumulam, entre elas a contra a PEC 32, pelo Nível Superior, pelo reajuste, contra a desjudicialização da execução e muito mais. O Sisejufe esteve sempre presente nos atos em Brasília, nas reuniões com parlamentares, com membros dos Tribunais Superiores, nas manifestações no Rio de Janeiro, nas conversas para mostrar a importância da mobilização da categoria e na retomada das visitas ao interior do estado para levar informações, ouvir as demandas e as sugestões dos servidores.

As redes sociais têm sido fundamentais nessas batalhas, com a campanha "Vai Piorar" a pleno vapor. Twitter, WhatsApp, Facebook, canal do YouTube e site do sindicato não param de divulgar material e esclarecimentos. Destaque também para o envio de e-mails ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, em defesa do reajuste, com a categoria aderindo em peso.

A luta é incessante, tanto contra a política nefasta do governo genocida, quanto dentro do próprio Judiciário, ante a omissão e lentidão da cúpula do STF. Entretanto, em uma conjuntura tão dramática, é necessário se preparar e contar com os melhores quadros para conduzir as pautas e mobilizações da categoria. Para isso, foi fundamental o Congrejufe de Alexania, no qual se debateu os

rumos do Judiciário Federal e quando se aprovou um plano de lutas e foi eleita uma nova direção da Fenajufe.

A participação da delegação do Sisejufe, com 67 delegadas e delegados, foi fundamental. Propostas para o plano de lutas e alteração estatutária foram apresentadas e aprovadas. A delegação do Rio também foi importante para a construção da chapa Democracia e Luta, que incluiu outros grupamentos, e elegeu 11 dos 17 coordenadores da Fenajufe, sendo duas coordenadoras-gerais. Uma chapa plural, observando representatividade de gênero, raça, geográfica e de cargos.

O Rio de Janeiro está representado pelas companheiras Fernanda Lauria (TRE), Lucena Pacheco (TRF) e Soraia Marca (TRF), demonstrando o compromisso do Sisejufe com a ampliação da participação feminina nos espaços decisórios, uma vez que a prática é o critério da verdade. A companheira Lucena assumiu como coordenadora-geral, Soraia a coordenadoria de Finanças e Fernanda como coordenadora de Comunicação, tarefas monumentais à frente da federação, mas para a qual se demonstraram e demonstram preparadas.

Portanto, a luta é árdua, mas a categoria pode contar com lideranças capazes, comprometidas e que têm lado, claro, ao lado da classe trabalhadora. E mais do que isso, é necessário que cada um dos servidores e servidoras se conscientize da necessidade de mobilização e de seu papel nas lutas em defesa de seus direitos. Somente assim poderemos resistir a essa Idade das Trevas e, além de recuperar nossa dignidade e do serviço público, ajudar a construir um país mais justo, livre, democrático e solidário.

A sombra da PEC 32 e a Reforma Administrativa

silenciosa

Por Tais Faccioli

mobilização e a pressão dos servidores públicos contra a Reforma Administrativa, durante todo o ano de 2021, e a PEC 32, que trata do assunto, fizeram a proposta não avançar. Mas a matéria não está morta. A tentativa nefasta do governo Bolsonaro, com a anuência de parte dos parlamentares, de ver aprovada a proposta que prejudica os servidores e promove a precarização do serviço público está apenas paralisada. Por isso, é preciso permanecer vigilantes no Congresso.

O assessor parlamentar e consultor de entidades sindicais Vladimir Nepomuceno explica que a chamada Reforma Administrativa, parte da proposta neoliberal de reforma do Estado, é um conjunto de ações com o objetivo de redução drástica das instituições públicas nos Três Poderes e nas três esferas de governo, diminuindo a função do Estado no atendimento à população.

"Isso se dá por meio da privatização de serviços, gerando lucros para a iniciativa privada e, principalmente, a redução de despesas com instituições e políticas públicas, aumen-

> Diretoria do Sisejufe e servidores do Judiciário Federal marcaram presença do ato Fora Bolsonaro, em 2021



tando a disponibilidade de verbas do orçamento público para o 'pagamento' de encargos da dívida pública (remessa de dinheiro público para banqueiros). A Reforma Administrativa é, na verdade, a operacionalização da reforma do Estado nesse processo, sendo a PEC 32/2020 a peça-chave, mas não a única iniciativa", afirma Nepomuceno.

Para o assessor sindical, a PEC 32/2020 deve permanecer na gaveta até as eleições deste ano. No entanto, dada à importância para o atual governo e seus representantes no Congresso Nacional para aprovar a proposta de emenda constitucional que faz avançar as reformas neoliberais, é bem provável, segundo Vladimir, que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), encaminhe a proposta à votação em plenário ainda em 2022, após as eleições.

Reforma silenciosa

Enquanto a PEC 32/2020 segue parada na Câmara dos Deputados, diversas outras ações estão sendo levadas adiante para fazer avançar a Reforma Administrativa. Entre essas ações estão projetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros instrumentos legais e normativos que atingem o serviço e os servidores públicos, tanto em áreas específicas, como de forma geral. Além disso, há também decisões políticas que, combinadas com proposições legislativas, contribuem para o avanço do desmonte da estrutura pública do país.

Nepomuceno cita exemplos de decisões políticas aliadas a ações: aumento da terceirização e da contratação de trabalhadores temporários em atividades de servidores efetivos; congelamento salarial mantido desde o início do atual governo; a não reposição de servidores aposentados ou falecidos, através da não realização de concursos ou a convocação em números bem abaixo do necessário; redução de despesas de



custeio, através da diminuição de prédios próprios ou alugados, resultado do aumento da digitalização de processos de forma açodada, sem estudos e discussões com especialistas, com destaque aos serviços prestados diretamente à população; redução da força de trabalho, consequência dos itens anteriores e da implantação de programas de gestão de desempenho e de sistemas de teletrabalho/home office.

Governo serve ao mercado

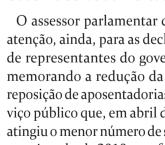
O assessor parlamentar chama a atenção, ainda, para as declarações de representantes do governo comemorando a redução da taxa de reposição de aposentadorias no serviço público que, em abril de 2022, atingiu o menor número de servidores ativos desde 2010 na esfera federal e a economia do Poder Executivo

com a implantação do home office que, de março de 2020 até junho de 2021, chegou a R\$ 1,4 bilhão. "Dinheiro esse, tanto da redução da folha de pagamento, quanto da economia com o home office, não investido no serviço público, mas utilizado para pagamento a banqueiros", critica.

Privatização do Judiciário

Dentro dessa perspectiva de enfraquecimento do Estado, há mais de 30 proposições, articuladas por meio de lobbies dos cartórios, que visam retirar atribuições importantes do Judiciário para delegar à iniciativa privada. Dois deles, o PL 6.204/19 e o PL 1.706/21, estão em fase mais avançada e têm exigido esforço maior das delegações em Brasília para tentar barrá-los.

Em tramitação no Senado (até o







fechamento da revista), o PL 6.204 estabelece a desjudicialização ou privatização da execução civil. De autoria da senadora Soraya Thronicke (União/MS) e relatoria do senador Marcos Rogério (PL-RO), o projeto permite que execuções civis de títulos extrajudiciais e cumprimentos de sentença passem a tramitar nos cartórios de protesto, retirando a função do servidor.

O texto cria a figura do agente de execução de títulos judiciais e extrajudiciais para atuar e resolver as demandas nos cartórios de protesto, sob a falsa alegação de desafogar o Poder Judiciário e desonerar os cofres públicos. E retira do Judiciário a tramitação da execução de títulos extrajudiciais e o cumprimento de sentença condenatória em quantia certa, delegando isso a um tabelião, que deve atuar segundo o Código de Processo Civil. O mais grave é que a proposta não passou por nenhuma comissão, tendo sido designada para votação diretamente em Plenário.

Ameaça na Câmara

O PL 1706 permite comunicações judiciais (citações, notificações e intimações) e os atos de execução for-

çada, como penhoras e alienação de bens, aos tabeliães. Esses procedimentos seriam privatizados, restringindo o acesso da população à Justiça como um direito público. Ele está na Câmara com tramitação conclusiva na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A Fenajufe conseguiu assinaturas, no dia 28 de junho, para protocolar recurso contra a tramitação conclusiva na CCJ, que permitiria que o PL fosse direto ao Senado. O objetivo do recurso é aprofundar a discussão

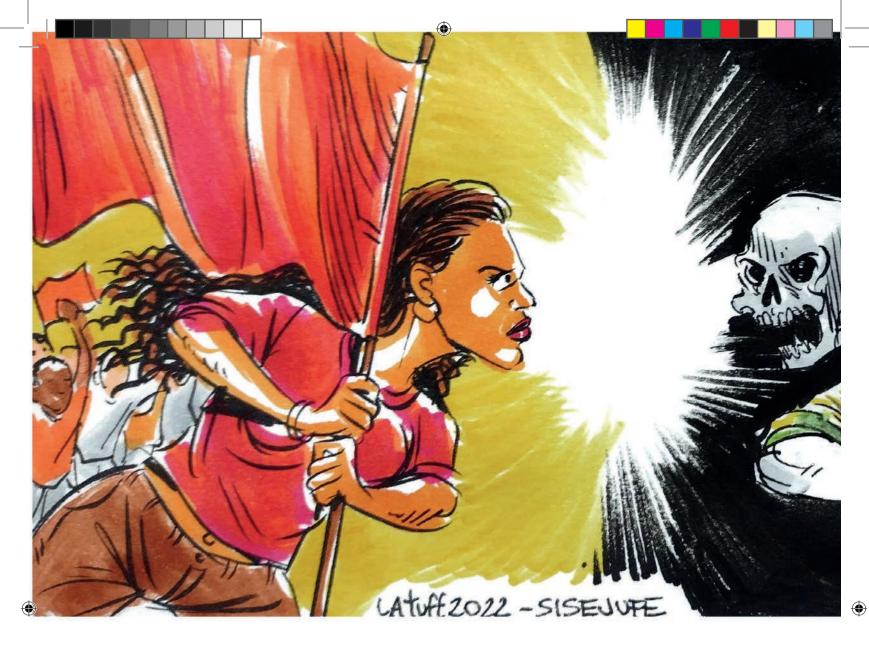
da matéria no plenário da Câmara. Segundo o diretor do Sisejufe Pietro Valério, o serviço público e o Judiciário enfrentam uma onda de ataques vista em poucas oportunidades da história do país.

privatização da Justiça

"Nessas horas, a atuação coordenada de sindicatos e associações é fundamental para combater os prejuízos. Nossa atuação está fazendo a diferença", avalia o dirigente.







As lutas dos trabalhadores em ano de eleições polarizadas

Por Antônio Augusto de Queiroz (*)

momento das eleições gerais deve ser de reflexão dos trabalhadores, que constituem a maioria do eleitorado, para avaliar se sua vida melhorou ou piorou nos quatro anos anteriores e em que medida os parlamentares e os governantes contribuíram ou não para isto, e a fim de fazer escolhas que tragam esperança e confiança. Esperança de que o status quo mudará para melhor e confiança de que o presidente e os parlamentares em quem pretendem votar serão capazes de transformar essa esperança em realidade.

Nestas eleições, por força da polarização, o eleitor, ao escolher um candidato presidencial, consciente ou inconscientemente, contratará uma das seguintes visões de gestão do Estado: 1) de bem-estar social, com inclusão social, ou 2) liberal e fiscal, com visão autoritária e excludente.

A primeira pressupõe uma visão de Estado capaz de garantir, diretamente ao cidadão, o fornecimento de bens e serviços – assegurando o acesso à Saúde, Educação e Segurança gratuitas – e, indiretamente, promover igualdade de oportunidades para que as pessoas possam ascender econômica, cultural e socialmente. Pressupõe-se, ainda, equilíbrio na relação entre uma sociedade civil ativa e diversa, um mercado economicamente competitivo e produtivo e um governo eficaz e responsável.

O principal representante dessa

^(*) Jornalista, mestre em Políticas Públicas e Governo (FGV), analista, consultor político e assessor parlamentar do Sisejufe



primeira visão é o ex-presidente Lula, que já a praticou nas duas vezes em que exerceu a Presidência da República. Com variações, também poderia simbolizar essa visão de mundo o presidenciável Ciro Gomes, do PDT.

A segunda é liberal e fiscal, que, de um lado prioriza o capital, o livre mercado e a livre iniciativa, com a retirada do Estado da exploração da atividade econômica e do fornecimento direto de bens e serviços à população, e, de outro, busca reduzir ou suprimir os serviços públicos e as políticas sociais. Trata-se de uma opção político-econômica de cunho essencialmente individualista, e que nega a solidariedade como princípio da ordem social. Essa visão também pressupõe a penalização, a disciplina, a repressão e a criminalização da pobreza sobre as políticas sociais, sobre a tolerância, sobre a paz, sobre a dignidade da pessoa humana.

Trata-se de uma visão de Estado

http://sisejufe.org.br

policial em detrimento do social. Ou seja, é um modelo de gestão que substitui o Estado provedor, prestador de serviços públicos, por um modelo repressor. Significa o completo desvirtuamento da razão de existir do Estado, que consiste no combate às desigualdades, regionais e de renda, e na oferta de oportunidades e de acesso a bens e serviços gratuitamente a todos, especialmente aos mais pobres e necessitados.

Uma das melhores formas de interferir na conjuntura, tornando-se protagonista e não sujeito do processo, é participando e influenciando as escolhas, interagindo com amigos, parentes, colegas de trabalho, vizinhos e demais pessoas de suas relações. Um bom caminho, no caso dos governantes, é comparando os programas de governo, e no dos parlamentares, verificando o histórico da atuação dos atuais ocupantes de mandato e as propostas dos novos postulantes. E, assim, identificar aqueles que efetivamente possam contribuir para melhorar as condições de vida, com mais empatia, mais serviços públicos, mais políticas de inclusão, mais prestação de contas, mais transparência e mais respeito aos representados.

Apenas a título de ilustração da influência da visão de mundo nas condições de vida dos assalariados, basta dizer que nos últimos anos, especialmente nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, os trabalhadores dos setores público e privado, assim como os aposentados e pensionistas dos dois regimes previdenciários (geral e próprio) foram escolhidos para variável do ajuste fiscal, com uma série de reformas com corte ou redução de direitos.

No caso dos trabalhadores do setor privado, podemos citar a perda de emprego e de renda, além da aprovação das leis de terceirização generalizada e da Reforma Trabalhista, que precarizaram e pejotizaram as relações de trabalho, com novas modalidades de admissão. Essas mudanças na CLT permitiram a substituição da contratação direta de pessoas por serviços, colocando em riscos os direitos trabalhistas e previdenciários das atuais e futuras gerações.

No caso dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, a lista é grande. Começa com a Emenda Constitucional 95, do teto de gasto; passa pela Reforma da Previdência (EC 103), que, além do aumento da contribuição para o regime próprio, autoriza a redução do limite de isenção da contribuição dos aposentados e pensionistas, do teto do INSS, para um salário-mínimo, e de instituição de contribuição extraordinária enquanto perdurar esse eventual déficit; pela Lei Complementar 173/2020, do congelamento salarial; pela emenda Constituição 109, conhecida como PEC Emergencial, que autoriza o congelamento

Ideias

ANO VI – n° 50 – Agosto de 2022 | 9





salarial sempre que a relação entre a despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total for superior a 95%. Há também as Emendas Constitucionais 113 e 144, que postergam o pagamento dos precatórios ou dos direitos assegurados judicialmente, que levaram décadas para serem reconhecidos pela Justiça e sofrem adiamento no momento do pagamento.

Todos, indistintamente, foram vítimas da ausência de políticas públicas e da visão liberal e fiscal desses governos, bem como da permissão de aumento dos preços administrados acima da inflação, como os de água, luz, telefone, combustíveis, planos de saúde e etc. Nos casos dos servidores ainda existe a ameaça da Reforma Administrativa, outra tentativa de desmonte dos serviços públicos.

Por isso, a luta dos trabalhadores em ano eleitoral, para além das pautas específicas, deve focar na perspectiva de melhorar as condições de vida em geral, inclusive ampliar a participação do salário na renda nacional. Sabemos que todos os fatores de produção são remunerados - mão de obra (salários), capital financeiro (juros), espaço usado para produção (aluguéis) e os investimentos empresariais (lucros e/ou dividendos) - mas o assalariado é sempre a parte mais fraca na relação com o governo e com o mercado. Daí a necessidade de políticas públicas que distribuam melhor a renda nacional, com mais justiça e equidade.

Entretanto, um maior equilíbrio depende do modo como os governos manuseiam os instrumentos de política macroeconômica que podem melhorar ou agravar a situação. Na

atual conjuntura parece não restar dúvida que a visão política e ideológica do atual governo, bem como o papel que ele atribui ao Estado, contribuiu não apenas para o agravamento da situação, por ausência de políticas públicas, mas também pelo desmonte do Estado.

O momento, portanto, é de refletirmos sobre o futuro que desejamos, buscando influir na escolha de governantes e de parlamentares que respeitem os representados, apresentem políticas públicas de interesse de todos, que criem oportunidades e promovam inclusão social, e ajam com integridade e em sintonia com o interesse coletivo, sempre tendo como norte a justiça e a paz. Essas devem ser as lutas e as prioridades dos trabalhadores-eleitores em ano de eleição polarizada.





Por Cristiane Vianna Amaral

Taquele momento, me senti muito forte, mais forte ainda para lutar. Me ver ali, com as mulheres do Democracia e Luta e das outras chapas, foi a maior felicidade. Tudo o que eu plantei na federação, culminou naquela posse". Nesse depoimento, a

diretora do Sisejufe Lucena Pacheco expõe a emoção que sentiu na madrugada do dia 1º de maio, quando a Fenajufe viveu um momento histórico. Pela primeira vez, a coordenação-geral da entidade tem duas mulheres em sua composição.

Assumiram o cargo a própria Lucena e Sandra Cristina Dias, do Sindiquinze, de São Paulo, primeira mulher negra a integrar o principal posto executivo da Fenajufe. Também faz parte do trio, o especialista em gestão Fabiano dos Santos, do Sintrajud, de São Paulo.

A conquista não foi fácil. Como coordenadora de Comunicação da Fenajufe na gestão passada, Lucena sentiu o intensamente o machismo do meio sindical. Ouviu que ela e as colegas eram frágeis, sobre a dificuldade que seria acumular a luta com as tarefas domésticas e até mesmo a desqualificação do trabalho realizado pelas companheiras. "Só consegui me manter na gestão porque contei com o apoio de outras mulheres, que me deram retaguarda", revela.

Ela conta que enfrentou na federação todo o "vocabulário" da violência psicológica no ambiente de trabalho.

Como coordenadora de Comunicação, ela promoveu o 1º Encontro Nacional de Mulheres do PJU e MPU, em Brasília, em 2019. No evento, num ambiente acolhedor, foi discutida a violência de gênero, entre outros problemas vivenciados no cotidiano da categoria. Com a pandemia, não foi possível promover outras atividades presenciais, mas elas continuaram por meio de lives. "Nosso maior objetivo era aproximar as mulheres, no intuito de que elas se sentissem como participantes do meio sindical", diz.

Lucena explica que esse movimento foi fundamental em contraponto ao ambiente machista que ronda a federação e afasta as mulheres da luta sindical. Ela afirma que sempre foi um desejo das mulheres da corrente Democracia e Luta atrair mais companheiras, mesmo de outros campos políticos. "Temos uma visão diferente para abordar as situações: uma compreensão maior do outro, do todo", comenta.

União feminina

A coordenadora avalia que com um número maior de mulheres no dia a dia da Fenajufe será possível demonstrar o potencial para o trabalho sindical. Também acredita que isso possibilitará uma outra abertura para uma maior diversidade na entidade, dando mais representatividade à categoria, que está se renovando.

A gestão também é um marco para o Sisejufe: a representação do sindicato na federação é 100% feminina e ocupando postos estratégicos. A diretora Soraia Marca está na Coordenação de Finanças e na de Assuntos de Aposentadoria. Fernanda Lauria ocupa a Coordenação de Imprensa e Comunicação. E Lucena acumula ainda a nova pasta de Combate às Opressões.

Águas mais democráticas

Não é só no meio sindical que as mulheres buscam mais espaço. Na disputa eleitoral, a legislação garante que 30% das candidaturas sejam de mulheres, com o mesmo percentual de financiamento e tempo de propaganda gratuita. No entanto, os partidos ainda tentam burlar as regras. Além de candidaturas fantasmas (em que consta apenas o nome na lista, mas não há uma campanha real), foi aprovada este ano a PEC 18/21, que livra de qualquer punição os partidos que não cumpriram a cota mínima de recursos para candidaturas de mulheres e negros em eleições passadas.

Foi enfrentando essas adversidades, que Tainá de Paula fez em 2019 uma campanha vitoriosa que a elegeu como vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

"Conquista essa que não é só individual, é coletiva. São tempos de revolução e essa revolução só se dará através de nós, mulheres, principalmente negras, que por muitos anos foram silenciadas e subjugadas por homens brancos no poder", sentencia.

A partir de uma intensa articulação, ela passou a integrar a mesa diretora e presidir a Comissão de Assuntos Urbanos do Legislativo municipal. "Conseguir esses espaços internamente na Câmara, que ainda é muito conservadora e machista, sendo uma mulher que disputa a pauta urbana, sendo esta tão visada na cidade do Rio de Janeiro, foi sem dúvida o maior desafio no primeiro ano de mandato, mas também a maior conquista", conta.

Cenário mudou para pior

Na eleição deste ano, quando se escolherá o presidente do país, os governadores e deputados estaduais e federais, inclusive a renovação de parte do Senado, a disputa não está favorável para as mulheres. Diferentemente de 2018, em que houve um esforço dos presidenciáveis em escolher vices mulheres, as eleições de 2022 apresentam um cenário dominado por personagens masculinos, aponta a pesquisadora Carolina Tostes.

Em seu texto, publicado no primeiro boletim do Observatório Político e Eleitoral (Opel), ela destaca ainda como, há quatro anos, "a mobilização de movimentos sociais e feministas, juntamente com o assassinato da vereadora Marielle Franco, abriu espaço para um debate envolvendo classe e raça em conjunto com o gênero. Conhecidas como 'sementes de Marielle', diversas mulheres negras, periféricas e LGBTQIA+ foram candidatas no Brasil, reivindicando o legado da parlamentar".

Segundo a campanha Senado Feminista, menos de sete mulheres devem concorrer à Câmara Alta do Congresso, tendo os direitos femininos como prioridade para o próximo pleito. Para Juliana Romão, co-fundadora do projeto Meu Voto Será Feminista, que trabalha pela ampliação da presença diversa das mulheres na política, o caminho para enfrentar as eleições deste ano é "rejeitar a barbárie votando nas mulheres do campo progressista, rumando assim para as águas democráticas. Não há outro caminho".

Pluralidade de gêneros e igualdade

Congrejufe aprovou a paridade de gênero entre mulheres e homens. Para Felipe Kusnitzki, bacharel em Direito e mestrando em Estado, Governo e Políticas Públicas, a paridade de gênero vem para garantir o princípio constitucional da isonomia. "Que nada mais é do que tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade. Se certa população tem menos acesso à Justiça, é preciso buscar meios para que essa desigualdade seja desfeita", afirma.

Para tanto, é preciso permear todos os espaços de tomada de decisão, seja no Estado, em instituições ou quaisquer coletivos. Em sua pesquisa Mais mulheres na política para mais democracia e na atividade que desenvolve no #mapadasmina (plataforma que trabalha pela paridade de gênero, principalmente nas diferentes esferas do Poder Legislativo), Felipe observou que, a partir da diversidade, outros pontos de vista são possíveis. Isso significaria novas políticas públicas, ordenamentos, regras e leis. No Judiciário, possibilitaria novas soluções e acordos, bem como consensos, de forma mais justa.

O pesquisador alerta que o termo paridade de gênero não é binário, ou seja, não é apenas a faceta social do que representa ser homem ou mulher. "Gênero é como cada pessoa se vê, performa na sociedade." Entram em cena as pessoas transgênero (cuja identidade de gênero é diferente daquela atribuída no seu nascimento), intersexos (pessoas que têm características sexuais congênitas, não se enquadrando nas normas médicas e sociais dos padrões macho e fêmea típicos), entre tantas outras. "Assim, o gênero se apresenta como reivindicação pela existência de diferentes formas de se viver em sociedade", explica.

No entanto, para uma pluralidade de vozes, ideias e perspectivas, a diversidade de gêneros precisa estar acompanhada por diferentes raças e classes, bem como outros marcadores sociais da diferença, como deficiências e geração. "Defendo uma forma de

democracia radical onde todas, todes e todos se veem e estão representados", reforça.

Nesse sentido, é importante salientar que no último Congrejufe também foi aprovada a cota de 30% de negras e negros para os cargos de delegados de base aos congressos da Fenajufe, uma medida de combate ao racismo na entidade. No Plano de Lutas, foi deliberada a criação de uma Coordenação de Combate às Opressões, que deve promover iniciativas de discussão e formação sobre temas relacionados ao machismo, racismo, capacitismo e LGBTfobia, entre outros preconceitos, bem como o acolhimento às vítimas. Vera Miranda, assessora técnica da Fenajufe para o Fórum Permanente de Carreira e Gestão do CNJ, espera que, no próximo Congrejufe, sejam aprovadas medidas que beneficiem pessoas com deficiência, LGB-TQIA+ e que incentivem a participação de indígenas e de pessoas mais jovens na entidade. "Nosso objetivo é que a Fenajufe seja representativa de toda a categoria", avisa.





Sindicalistas protestam contra assédio

No último Congrejufe, as delegadas lançaram um manifesto em solidariedade a todas as mulheres vítimas de quaisquer atos de assédio sexual e moral, bem como violências sexistas no evento ou em qualquer espaço do Judiciário Federal, incluindo o próprio movimento sindical.

"Não existe violência menor ou maior. Toda violação de direitos merece não apenas repúdio, mas responsabilização dos autores. O rigor da sanção é o instrumento para coibir atos tão covardes como naturalizados socialmente no patriarcado estrutural em que vivemos. Somos todas mulheres e reconhecemos as diversas dimensões de violência que atravessam as nossas vidas, sabendo que, além do gênero, raça e classe, são fatores preponderantes destas violações vivenciadas por cada uma de nós", diz um trecho do manifesto. No documento, as mulheres reivindicam que sejam incorporadas ações concretas aos instrumentos de representatividade democráticos amparadas nas decisões da categoria.

Na ocasião, trabalhadoras do hotel em que o congresso ocorreu denunciaram aos organizadores que foram assediadas por alguns participantes do evento mobilizando ainda mais as mulheres presentes, na avaliação de Lucena. "Demonstrou claramente a necessidade de estarmos ocupando aquele espaço para combater o machismo no meio sindical", avaliou.



As ameaças à democracia neste período eleitoral são um risco real?

As expectativas para as eleições gerais de 2022 e como isso afeta os servidores, o servico público e a população no geral

Por Lucas Costa*

enos de três meses nos separam da eleição que poderá ser a mais conturbada e tensa já realizada no país, que tem hoje uma democracia fragilizada e que - é preciso sempre recordar - há pouco mais de 37 anos se restabelecia de um trágico e traumático regime ditatorial militar. É natural, portanto, com as seguidas ameaças

à democracia proferidas por diversas autoridades governistas, civis e militares, que ressurjam para a população a insegurança e o medo de retrocesso àquele lamentável passado autoritário, a que fora submetida, por mais de 20 anos. O período foi marcado pela cassação de mandatos de opositores, perseguição política de lideranças sindicais e jornalistas; censura à Arte, à Cultura e à livre manifestação do pensamento; e no qual impunemente se exilaram, mataram,

*Diretor do Sisejufe

Ideias

ANO VI – n° 50 – Agosto de 2022 | 15



prenderam e torturaram inúmeras pessoas no Brasil. Só quem desconhece ou nega o passado recente do país poderia seguir seus dias tranquilamente diante do cenário atual. Como pano de fundo desse espetáculo tenebroso, temos um governo civil aparelhado com mais militares do que nos anos de chumbo e, nessa tragédia tupiniquim, permanece em cena um presidente da República que deliberadamente questiona a lisura do sistema eleitoral – aquele mesmo que, ironicamente, permitiu seguidas candidaturas e eleições suas e de familiares. Nos discursos do pseudoator bufão sobram ataques públicos (geralmente virtuais) às instituições democráticas, conclamando seus prosélitos a agirem de forma raivosa, paranoica e irracional contra um sistema político do qual sempre fez parte, como se supostamente fosse um elemento estranho à política nacional, um outsider, alguém com fanfarreada vocação para combater o sistema e que sugere disposição para romper com "tudo isso que está aí".

Risco à democracia é real

As cenas desse filme surrealista seguem gravadas numa sequência tosca, alternando entre uma comédia pastelão da pós-verdade terraplanista e um filme de terror de quinta categoria, mas de consequências drásticas e muito reais. A preocupação é verdadeira e, importante destacar, não reside num futuro, mas se concretiza diariamente diante de nossos olhos e já há algum tempo. O que se vê, assim, com a proximidade de uma nova escolha democrática, é que não é possível relaxar ou menosprezar os riscos para a democracia, como se fossem algo imanente ao porvir. Ao contrário, a ferida está aberta e o sangue que se esvai não é mero efeito especial. É preciso estancar a hemorragia, e o mais rapidamente possível! Os tiros infelizmente não

são de festim. O sangue dos povos originários é real, assim como é palpável o extermínio da população pobre, preta e periférica dos centros urbanos, patrocinado por um Estado policialesco que estimula a violência, facilitando a compra de armas, ao mesmo tempo em que empunha o escudo da impunidade para proteger os vilões prediletos sob sigilo centenário.

Violência legitimada pelo Estado

As agressões às minorias, aos LGBTQIA+ e às mulheres se tornaram uma constante, visível a olhos nus em muitos espaços públicos e privados. Também são inegáveis o desmatamento e a contaminação do meio ambiente, os crescentes garimpo e mineração ilegais, a imobilização dos órgãos de fiscalização ambiental e o aumento desenfreado



O sangue dos
povos originários é real,
assim como é palpável o
extermínio da população
pobre, preta e periférica
dos centros urbanos,
patrocinado por um
Estado policialesco que
estimula a violência,
facilitando a compra
de armas e, ao mesmo
tempo, que empunha o
escudo da impunidade
para proteger os vilões
prediletos



da grilagem de terras e do tráfico de armas, assim como a escalada da violência e da morte nas áreas rurais e reservas indígenas. É do mesmo modo aterrador o avanço, a passos largos, das milícias armadas, que assumem cada vez mais espaços nas comunidades e nas entranhas do Estado. Títulos diversos poderiam estampar as fachadas desse fúnebre cinema de horrores que se tornou o nosso país, anunciando o filme a entrar em cartaz: "Mapa da fome: o retorno"; "Querida, encolhi o salário"; "Corra que a inflação vem aí"; "Apertem os cintos, a vacina sumiu"; "Os caçadores da urna eletrônica perdida"; "Capitão Cloroquina: o resgate do soldado Bananinha" e por aí vai... Não é preciso temer apenas uma espécie de refilmagem da cena de publicação do AI-5, remake do golpe militar de 1964, ainda que esse seja o sonho dos amantes da ditadura clássica. É fundamental notar que é na continuação do que já está em tela que mora o verdadeiro perigo, uma vez que representaria a seguência nefasta da já extensa temporada da série de retrocessos,







com potencial para aniquilar o que hoje se conhece por serviço público, deixando as camadas sociais mais vulneráveis largadas à própria sorte. O que está posto é que os direitos civis já vêm sendo retirados desde o golpe de 2016, com a implementação, por Michel Temer, de um programa de governo que jamais fora eleito – a tal "ponte para o futuro" – que se assemelha ao roteiro de um filme de vampiros, a impor a trabalhadores e trabalhadoras o papel de vítimas do governo, do sistema financeiro e do capitalismo.

País dilapidado pela 'ficção' bolsonarista

Nesse enredo dantesco, os diretores que traçam os passos dos atores na tragédia da vida real devem permanecer tolerando o vergonhoso desempenho do improvável protagonista na Presidência da República, ao menos enquanto esse seguir atendendo aos anseios dos patrocinadores e dos produtores dessa obra de ficção distópica. Bolsonaro afirma-se patriota, mas entrega o patrimônio público e as estatais ao

capital estrangeiro, permitindo a dilapidação das reservas naturais e a destruição do meio ambiente. No papel de chefe de Estado, protagoniza momentos de um típico canastrão no cenário das relações internacionais e, pior, deixa o país de joelhos perante a indústria, a tecnologia e a pesquisa científica de outras nações, promovendo a retirada de recursos das universidades públicas e os investimentos no campo da Ciência. Não importa. A claque do fã-clube sombrio segue fiel no cercadinho e obedece ao sinal insistente da placa luminosa: "Aplaudam!". Discursos de ódio, e que propõem a ruptura das regras constitucionais, se acumulam nas mídias sociais, estabelecendo uma trilha sonora descompassada e ruidosa, que encontra eco não apenas no conjunto de fanáticos seguidores do presidente, mas também em parte dos meios de comunicação, que se sujeita às linhas editoriais governistas, com o objetivo de fidelizar e, simultaneamente, estimular um grupo considerável de asseclas - algo entre 15 e 20% do eleitorado - a seguir linhas ideológicas que desrespeitam direitos fundamentais e garantias individuais, sob o falso pretexto de protegerem a liberdade de expressão.

Povo precisa retomar protagonismo

Está evidente que o povo tem ficado de fora dos palcos de tomada das decisões políticas. Afinal, como entender o que seriam as rachadinhas, funcionários fantasmas, "uberização" do trabalho, emenda de relator, orçamento secreto, cartão corporativo, miliciano laranja, Re-forma Previdenciária, terceirização irrestrita etc, enquanto estão preocupados em não irem parar na sarjeta ou em como conseguir a próxima refeição? Como poderiam, assim, participar da criação do roteiro político do país? Não há

mais direito a nada, e o que vemos é o ressurgimento da miséria, da exclusão social, da falta de acesso à Educação e à Saúde públicas. Não ansiamos pelas cenas dos próximos capítulos, mas pelo fim desse show de horrores que parece não acabar nunca, e isso sem dar chances para que reprises de episódios sórdidos do passado voltem à grade da TV. Mas a ameaça à democracia não está nas eleições que vêm por aí. Ela surgiu no pleito anterior e se concretiza a cada dia. Cabe ao povo sair da condição de coadjuvante ou mero espectador e compreender o que existe de real nas próximas eleições é a esperança. O que queremos é a retomada do verdadeiro espetáculo do crescimento do Brasil, que foi tão brusca e antidemocraticamente interrompido e, sem mais demoras, o começo de uma verdadeira história de amor pelo nosso país!



Bolsonaro
afirma-se patriota, mas
entrega o patrimônio
público e as estatais
ao capital estrangeiro,
permitindo a dilapidação
das reservas naturais
e a destruição do meio
ambiente. No papel
de chefe de Estado,
protagoniza momentos
de um típico canastrão
no cenário das relações
internacionais



Guerra cultural de Bolsonaro

Por Ingrid Figueirêdo

extinção do Ministério da Cultura, o esvaziamento da Agência Nacional do Cinema (Ancine), a troca de gestores, episódios de censura e citações nazistas, além do direcionamento moral para escolha de projetos a serem financiados são algumas marcas da gestão cultural do governo Bolsonaro. Até fevereiro deste ano, o Brasil registrou ao menos 195 casos de censura e "autoritarismo contra o setor artístico", segundo levantamento do Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística (Mobile). Esses e outros casos mostram como a democracia tem sido desconstruída desde que Bolsonaro assumiu a Presidência.

Para a gestora cultural Rebeca Brandão, "esse desmonte não é fruto de uma mera ingenuidade do governo Bolsonaro, mas sim de uma análise muito objetiva do poder que a Cultura tem". Logo que assumiu o mandato, no segundo dia de gestão, Bolsonaro extinguiu o Ministério da Cultura que, juntamente com as pastas do Esporte e do Desenvolvimento Social, foi fundido à estrutura do Ministério da Cidadania, com status de Secretaria Especial (Secult).

Somente no primeiro ano de governo, a pasta trocou de comando quatro vezes. O último a ser nomeado em 2019 foi Roberto Alvim, demitido apenas dois meses depois de assumir, por causa do discurso feito em alusão à política cultural da Alemanha nazista.

Alvim reproduzia, quase que ipsis litteris, um discurso de Joseph

Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler, sobre sua plataforma política para a gestão cultural. Não apenas as palavras, como a estética do vídeo remetiam ao regime que comandou a Alemanha de 1933 a 1945 e vitimou cerca de seis milhões de pessoas.

Já no meio do cenário pandêmi-

co, Regina Duarte assumiu e, além uma gestão tímida, não ofereceu nenhum auxílio aos trabalhadores da Cultura em um momento de profunda fragilidade do setor, diante da necessidade de distanciamento social e de interrupção de eventos. A atriz foi constantemente desautorizada pelo presidente,



A arte brasileira da próxima década será heroica, e será nacional, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo – ou então não será nada

Roberto Alvim em vídeo divulgado em canal institucional da Secult





como na ocasião em que o Planalto reconduziu o maestro Dante Mantovani à presidência da Fundação Nacional de Artes (Funarte).

Corte de verbas atinge área

Após Regina, outro ex-ator da Rede Globo assumiu a pasta. Mário Frias foi o mais longevo secretário, ficando por quase dois anos (junho de 2020 a março de 2022). Promoveu uma grande reestruturação da Lei Federal de Incentivo à Cultura (conhecida como Lei Rouanet) que, sob o argumento de "desburocratizar" e "expandir o setor", limitou o pagamento de cachês de artistas, definiu limites de captação por proposta e ainda centralizou o poder de aprovação de projetos municipais e estaduais na secretaria federal, dentre outras modificações.

Agora, os cachês de artistas

serão limitados a R\$ 3 mil (uma diminuição de 93%). Projetos de "tipicidade normal", como peças de teatro, só podem captar até R\$ 500 mil (redução de 50%), enquanto festivais, exposições de arte, desfiles e programas literários terão teto de R\$ 4 milhões. Eventos anuais, museus, óperas, bienais, concertos sinfônicos e projetos de internacionalização da Cultura brasileira poderão captar até R\$ 6 milhões.

(





Para essa última categoria, porém, estão previstas exceções e, com as alterações na lei, o governo poderá escolher quais projetos poderão superar esse teto.

Além disso, a gestão de Frias executou menos da metade do orçamento aprovado para a Cultura, justamente no momento em que o setor mais necessitava. Enquanto a pandemia paralisava as atividades em todo o país, a pasta empenhou R\$ 608 milhões, de R\$1,77 bilhão aprovado para 2020, e pouco mais de R\$ 600 milhões, de R\$ 1,69 bilhão previsto para 2021.

Apesar do esforço para enfraquecer a Rouanet, Mário Frias e seu braço direito, o então secretário de Fomento à Cultura, André Porciúncula, deixaram a pasta com um novo discurso: durante a Convenção Nacional Pró-Armas, ocorrida em marco deste ano, ambos convidaram o movimento armamentista a disputar o orçamento da lei. Em um vídeo no Youtube, Frias e Porciúncula sugeriram a aliados que usassem a legislação para produção de eventos pró-armas, por ocasião do bicentenário da Independência do Brasil, comemorado em setembro. Segundo Frias, o movimento deve se empenhar em produzir conteúdos audiovisuais para contribuir com a "guerra cultural":

"A Cultura, ela é o imaginário da população. Então, além da gente fazer um trabalho político, além da gente realmente bater na porta,



O termo "guerra cultural", usado pelo ex-secretário, era constantemente evocado pelo falecido Olavo de Carvalho para definir o enfrentamento que o bolsonarismo deveria fazer com a esquerda. Ora limitando o escopo dos incentivos para enfraquecer o "inimigo", ora estimulando aliados a usar os instrumentos de fomento cultural para fortalecer o próprio lado

> Convenção Nacional Pró-armas, realizada no dia 28 de março deste ano



pedir seu voto, trabalhar pelo pró--armas, é importante que a gente crie obras de audiovisual, é muito importante", disse ele no evento.

Tanto Frias, quanto Porciúncula deixaram a secretaria alguns dias depois para concorrer às eleições de outubro como candidatos a deputado federal pelo Partido Liberal (PL), o mesmo de Bolsonaro.

Arte vira 'campo de batalha'

Os discursos de Frias e Porciúncula mostram a importância que a extrema-direita dá à Cultura como campo de batalha. O termo "guerra cultural", usado pelo ex-secretário, era constantemente evocado pelo falecido Olavo de Carvalho para definir o enfrentamento que o bolsonarismo deveria fazer com a esquerda. Ora limitando o escopo dos incentivos para enfraquecer o "inimigo", ora estimulando aliados a usar os instrumentos de fomento cultural para fortalecer o próprio lado, o governo Bolsonaro tenta dirigir a produção cultural em ritmo de combate e foi na Lei Rouanet que elegeu um de seus principais fronts.

A aversão à legislação é tão grande que, logo no início do mandato, em 2019, anunciou que mudaria o nome, passaria a se chamar Lei Federal de Incentivo à Cultura. Ocorre que leis têm apenas números, e Rouanet era o apelido da Lei 8.313/91, que, há 31 anos, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura, ainda no governo Collor. Ao anunciar a mudança de nome, portanto, o que a gestão Bolsonaro fazia era investir em um rebranding do principal instrumento de fomento à Cultura do país.

O objetivo é declaradamente exterminar todo e qualquer resquício de política pública consolidada nos governos petistas. E apesar da Lei Rouanet ser muito anterior às gestões do PT, foi com Gilberto Gil à frente do MinC, ainda no primeiro governo



•

Lula, que a concepção de Cultura mudou radicalmente no país.

Indústria cultural impacta positivamente a Economia

De acordo com Rebeca Brandão, a partir de 2003, o Brasil inaugurou um novo período de políticas culturais: marcado pelo deslocamento da concepção de um "Ministério das Artes" para um órgão voltado à promoção das culturas populares brasileiras. "O que entendo por Cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta 'classe artística e intelectual'. [...] Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O órgão deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil", disse Gil em seu discurso de posse.

O trabalho inaugurado pelo cantor à frente do ministério baseava-se no que ele chamava de "do-in antropológico" - um conceito emprestado da acupuntura que defende a ativação de pontos específicos do corpo (no caso, a sociedade civil)



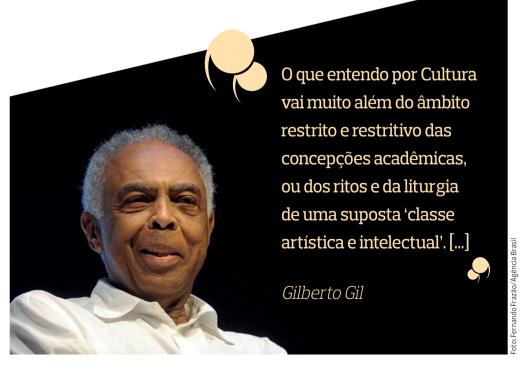
Gilberto Gil tomou posse como membro da Academia Brasileira de Letras, em abril

para liberar energias represadas. Daí surgiram o Sistema Nacional de Cultura, o Programa Cultura Viva, o Cultura para Todos e os Pontos de Cultura. Foi criada toda uma estrutura de fomento a grupos culturais, sem se estabelecer direções predeterminadas. O papel do governo, portanto, seria o de atuar como facilitador da colaboração

entre Estado e sociedade numa aspiração radicalmente democrática.

Na opinião de Rebeca, o projeto de governo apresentado por Lula em 2002 colocou a Cultura no centro do debate de desenvolvimento do país. "O Brasil tem uma cultura popular muito efervescente, que, na verdade, dá conta não só de organizar, mas também de reverter as suas atuações para o PIB Nacional", explica a gestora cultural.

Um estudo publicado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em 2018 mostra que, de 1993 até o ano da pesquisa, a Lei Rouanet gerou R\$31,22 bilhões em renúncia fiscal, fazendo retornar à Economia brasileira R\$ 49,78 bilhões. Há também um impacto social gerado por eventos culturais em praça pública, especialmente em regiões interiorizadas, como explica Felipe Godinho, sócio e produtor audiovisual na RPZ Produções: "Se há incentivo a eventos e apresentações ganham também os bares e restaurantes ao redor, os trabalhadores informais, os motoristas de táxi e aplicativos. A própria praça se torna mais segura com a maior circulação de pessoas, impactando até mesmo na prevenção da violência."



http://sisejufe.org.br ANO VI – n° 50 – Agosto de 2022 | 21





Unicamp abriga o maior acervo da história social do país

Arquivo Edgard Leuenroth guarda a memória das lutas operárias, sindicatos, movimentos negros, LBGTIAP+ e outras minorias

Por Tais Faccioli

ma potente pintura em grafite de Marielle Franco chama a atenção de quem passa em frente ao Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL) -, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo. A homenagem à vereadora carioca brutalmente assassinada por milicianos em 2018 foi realizada no ano seguinte à sua morte, com apoio da Reitoria, em reconhecimento à importância da ativista e do impacto de seu assassinato na comunidade. O grafite permanece ali, próximo à porta de entrada do arquivo, que abriga muitas outras histórias de mártires e heróis dos movimentos sociais brasileiros.

O AEL foi fundado em 1974 a partir da aquisição do acervo pessoal documental de Edgard Leuenroth (1881-1968), jornalista e militante anarquista do começo do século XX. Inicialmente, o local tinha como objetivo preservar a memória operária do Brasil Republicano.

Com o passar dos anos e a crescente incorporação de fundos e coleções documentais, o arquivo ganhou novas temáticas. Hoje, além do Movimento Operário e Sindicalismo, guarda uma extensa documentação da História do Trabalho e da Indus-

trialização, História da Saúde, História da Esquerda, Justiça e Direitos Humanos, História Política, História da Cultura, Questão Agrária, História Intelectual, História da Antropologia, Movimento Estudantil, Movimentos Sociais, Movimentos Negros, LGBTQI+, Feministas e Indígenas, Colonização na América Latina, África e Ásia.

Em movimento

A visita ao arquivo é uma experiência única. O local abriga mais de 150 conjuntos documentais e coleções com mais de 100 mil fotografias em papel e 80 mil em formato digital; quase quatro mil metros lineares de documentação, mais de 25 mil livros, 12 mil rolos de microfilmes, 13 mil títulos de periódicos e objetos que guardam a memória de momentos importantes dos movimentos sociais no país.

O acervo é cuidado por uma equipe de 18 profissionais, entre eles, a cientista política Marina Rebelo. Ela conta que a doação de materiais praticamente dobrou desde 2017, porque as pessoas e entidades ficaram sem condições de mantê-los sob custódia, e o AEL continuou recebendo acervos durante a pandemia.

Memória negra

"Neste momento, estamos trabalhando na captação do projeto de preservação da memória negra", diz Marina. O acervo inclui documentos históricos do Instituto Geledés, acumulados durante 33 anos e que registram vários aspectos da trajetória e luta de mulheres negras.

"Houve outro acervo incorporado recentemente, do Grupo Identidade de Campinas, que teve a sede vandalizada e o material veio para cá como salvaguarda", acrescenta a funcionária.

Perseguidos políticos na ditadura

Maria Dutra, historiadora e funcionária do AEL, menciona mais um acervo importante que chegou: o do Centro de Documentação Pesquisa Vergueiro de SP (CPV). "Eles têm todo material do final dos anos 1970 e década de 1980, do período de redemocratização do país, via sindicatos", explica.

Outro material de dimensão e importância histórica é do Brasil Nunca Mais (BNM), a maior pesquisa realizada pela sociedade civil sobre a tortura política no país, coordenado pelo Conselho Mundial de Igrejas e Arquidiocese de São Paulo, com participação de profissionais da Universidade de São Paulo (USP), advogados e arquivistas. "São mais de 700 cópias de processos de presos políticos, cujos

originais estão no Tribunal Militar, e até 2013 o único acesso se dava por meio de nossas cópias", afirma.

Marina e Maria explicam que os documentos foram copiados por salvaguarda, de forma clandestina, por meio do BNM. "Eles tentaram doar para a USP, mas a universidade não aceitou, talvez por ser clandestino, e daí veio para cá", informou Maria.

Em 2013, o acervo do BNM passou a ser disponibilizado pela plataforma online da Biblioteca Nacional (BN Digital), pela Lei de Acesso à Informação e pela Comissão da Verdade. "Até então, para provar que haviam sido torturadas e presas, as vítimas da ditadura tinham que vir aqui porque o Tribunal Militar não dava acesso. Elas vinham consultar para entrar com pedido de indenização, anistia... Quando Dilma Rousseff foi candidata à Presidência, veio muita gente querendo ver o seu processo", revelou Maria.

Objetos cheios de simbolismo

Além de documentos e fotos, há muitas relíquias. "Um exemplo é o jogo de xadrez feito com miolo de pão e cal por Pedro Pomar quando ele estava preso", relatou a cientista política.

Pedro Pomar foi um político brasileiro, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Por suas ações, lutas e convicções comunistas, foi preso duas vezes, em 1936 e em 1939. Foi assassinado durante ataque a tiros à casa 767 da Rua Pio XI, no bairro da Lapa (SP), onde o Comitê Central do PCdoB esteve reunido entre os dias 11 e 15 de dezembro de 1976. Este episódio ficaria conhecido como "Chacina da Lapa".

Outra raridade é um tijolo que faz parte do conjunto probatório do filme "Menino 23 - Infâncias Perdidas no Brasil" e da tese de doutorado de Sidney Aguilar Filho. As obras retratam o caso de 50 crianças do Rio de Janeiro que foram levadas para trabalhar como escravas em São Paulo, na década de 1930.

"Esse tijolo fazia parte de um dos prédios que foram demolidos recentemente e a equipe do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de SP (Condephaat), que deu início ao tombamento, trouxe para cá", conta Maria.



Tijolo do prédio que abrigou crianças escravizadas, na década de 1930



A Plebe foi um dos mais importantes jornais anarquistas do Brasil

Preservação da luta operária

Em 2012, o AEL fez um projeto de restauração de 1.400 folhas de periódicos do próprio jornalista Edgard Leuenroth. "A Plebe" foi um deles. Circulou entre 1917 e 1951, com interrupção nos anos 1930, retomando em 1947. Foi um dos mais importantes jornais anarquistas e anticlericais publicados no Brasil. Com ampla tiragem, tornou-se diário em 1919.

Sua edição de 21 de julho de 1917 é particularmente especial porque traz a memória da greve e faz uso da fotografia para registrá-la e comprovar a grande adesão dos trabalhadores. Leuenroth foi julgado como um dos articuladores da greve geral de 1917, sendo defendido pelo jurista Evaristo de Moraes, cujo acervo também se encontra depositado no AEL.

A greve de 1917 teve início nas fábricas do setor têxtil na cidade de São Paulo em 29 de junho e se estendeu até o final de julho. Os operários e as



Jogo de xadrez feito de miolo de pão por Pedro Pomar

operárias da indústria têxtil Cotonifício Crespi, com sede na Mooca, paralisaram as atividades, sendo acompanhados por outras fábricas e bairros operários. Após três dias, estima-se que 70 mil trabalhadores tenham aderido ao movimento paredista.

Acesso gratuito

O Arquivo Edgard Leuenroth é o maior laboratório na área de Ciências Humanas da América Latina, disponibilizando gratuitamente a docentes, discentes, pesquisadores e comunidade em geral uma base incomparável de pesquisa. Para a supervisora da Seção de Preservação e Difusão, Castorina Madureira, zelar por todo esse patrimônio é uma grande missão.

"Pensar na preservação de tudo isso é um processo caro e a Unicamp tem uma consciência muito grande desse valor. A gente consegue manter um acervo desse porte, fazer o processo de restauração, acondicionamento, controle de temperatura, umidade, guardar em segurança todos esses documentos. Nosso trabalho de preservação é efetivo, bem-estruturado e consciente. É um trabalho responsável; a gente não descaracteriza nenhuma documentação e fica tudo muito bem protegido", conclui.





Por Manuella Soares

o começo de 2022, os moradores de Petrópolis, na Região Serrana do Rio de Janeiro, sofreram com a maior tragédia ambiental do município. Em 15 de fevereiro, uma chuva torrencial atingiu a cidade. Bairros inteiros foram arrasados, especialmente a área do Centro histórico que ficou devastada. Deslizamentos de terra arrastaram edifícios e toda a extensão da Avenida do Imperador, além do entorno da Praça da Liberdade, da Catedral, do Museu Imperial e do tradicional Hotel Quitandinha. Foram registradas 240 mortes e três vítimas ainda se encontravam desaparecidas.

não são 'naturais'

Uma catástrofe deste tipo é comumente divulgada pelos meios de comunicação e órgãos oficiais como um desastre ambiental. Mas, para além das explicações meteorológicas, é preciso analisar os motivos sociais e econômicos que ajudam a mostrar o porquê de tragédias acontecerem todos os anos. Segundo a pesquisadora da Fiocruz Simone Santos Silva Oliveira, desastres ambientais, como que ocorreu em Petrópolis, são resultado de uma combinação de vulnerabilidades institucionais e socioambientais que têm relação direta com o modo com que organizamos nosso sistema de produção econômico.

"Desastres como esse que são classificados como de origem natural, genericamente chamados de mudanças climáticas, e têm a ver também como o modelo de desenvolvimento que vivenciamos. Petrópolis foi vítima dessa combinação de vulnerabilidades do poder público e de vulnerabilidade socioambientais em relação à forma de as pessoas ocuparem esses territórios", defende.

da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Fiocruz, Simone diz que é preciso que todos os segmentos da população, especialmente as trabalhadoras e trabalhadores da região atingida, se organizem em torno de projetos que possam "mudar os modos de vida para dar conta do que ainda vem por aí". Isso porque as perspectivas ambientais são as mais pessimistas diante do avanço do Simone Santos Silva Oliveira

aquecimento global, fruto de política de desenvolvimento neoliberal baseada no extrativismo predatório da mineração, do agronegócio, da queima das florestas e da falta de políticas de urbanização das cidades que respeitem as vidas humanas e não humanas.

"As consequências das mudanças climáticas estão aí. Isso significa que precisamos de um envolvimento ativo, deliberativo e democrático de toda a população. Apostamos nessa participação social, porque a gente só vai conseguir superar esses desafios a partir do envolvimento coletivo nos processos políticos que compreendem a construção de alternativas", afirma.

Desnaturalizar os desastres

Simone Oliveira e seu grupo de pesquisa têm trabalhado com o conceito de vulnerabilidade ambiental para identificar nexos sócio-históricos dos desastres ambientais e desnaturalizar as tragédias.

"Geralmente, quando se fala em aquecimento global ou mudanças climáticas sempre usamos como determinantes as causas naturais.

Professora do Centro de Estudos

ANO VI – n° 50 – Agosto de 2022 | 25 http://sisejufe.org.br







É preciso analisar os motivos sociais e econômicos que ajudam a mostrar o porquê de tragédias acontecerem todos os anos

É preciso uma desnaturalização dos desastres. Na verdade, é a materialização do desenvolvimento econômico em um dado território que determina a extensão e violência, os danos e perdas de vidas e, também, a frequência dos desastres. Esse é o caso de cidades serranas", explica.

Existem fatores com os quais as gestões municipais da Região Serrana do estado não têm conseguido dar conta, como a urbanização descontrolada, as gentrificações e a expansão imobiliária sem controle de impacto ambiental dos territórios. Para mitigar de maneira preventiva os riscos ambientais nessas regiões, segundo a pesquisadora, é preciso ouvir não só os especialistas, mas a população que vive nesses territórios.

"O regime de chuvas intensas que acomete essa região indica um acirramento das desigualdades sociais e os efeitos climáticos são induzidos por um sistema que gera desemprego, falta de moradia e de desenvolvimento humano. É preciso que as populações desses territórios sejam ouvidas em suas necessidades como processo mitigador dos desastres", defende.

Segurança e sustentabilidade

Simone diz que para prevenir desastres como o de Petrópolis, a segurança e a sustentabilidade socioambiental devem ser incorporadas aos processos de organização dos municípios por meio de políticas que levem em conta também as demandas sociais da região, como Saúde, Educação, emprego, renda e moradia.

A pesquisadora relembra a tragédia de 2011, outro desastre socioclimático de grandes proporções com saldo trágico de 918 mortes e 100 pessoas ainda desaparecidas também na Região Serrana do estado. Na ocasião, 35 mil pessoas perderam suas casas ou tiveram que sair por causa do risco de desabamento.

"Seguimos com nossos estudos nas cidades que foram mais afetadas pelas chuvas de 2011 para fomentar essas discussões sobre a desnaturalização dos desastres. Muitas dessas cidades aderiram a programas de prevenção, mas acabaram não desenvolvendo ações", lamenta.

Ciência como prevenção

A pesquisadora considera que a Saúde Pública como área produtora de conhecimento e intervenção tem muito a oferecer por conta da experiência com emergências, como aconteceu durante toda o combate à pandemia na covid-19.

"Essa experiência é um resultado da própria organização do Sistema Único de Saúde (SUS), na sua forma de estruturação, na sua capilaridade. Uma gestão pública, no caso de um desastre ambiental, também é fundamental pela complexidade da situação, que exige interdisciplinaridade e intersetorialidade para o enfrentamento dos múltiplos e diversos problemas gerados", avalia.

A especialista diz que no combate das emergências durante os eventos climáticos extremos, a ação territorial é fundamental.

"A atenção primária em Saúde é de suma importância nesses momentos. Mas o que temos hoje é um subfinancia mento da atenção primária do SUS, que tem toda uma relação com os territórios geralmente mais atingidos. O enfrentamento dos desastres se dá em uma base territorial, então é fundamental o investimento na atenção primária em Saúde, que é o que vai atender a população em eventos como esse", afirma.

Nos últimos 40 anos, o modelo de produção capitalista impôs um extrativismo predatório que impacta o meio ambiente e gera as mudanças climáticas, aquece o planeta e provoca desastres como os deslizamentos de Petrópolis, além de enchentes, secas, estiagens, ciclones, furacões e outros eventos climáticos de grandes proporções.

Estes desastres atingem de modo



Para prevenir desastres, a segurança e a sustentabilidade devem ser incorporadas aos processos de organização dos municípios

mais grave a saúde das populações nos países mais pobres e vulneráveis socialmente. E o Brasil está entre eles. Segundo os autores do artigo "Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência - lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil", alguns grupos populacionais encontram-se ainda mais vulneráveis durantes esses eventos. Mulheres e crianças são as que correm mais riscos e possuem 14 vezes mais chances de morrerem durante uma tragédia climática.

Para Simone Silva, os problemas provocados pelo atual modelo de desenvolvimento hegemônico se dobram uns sobre os outros acirrando as desigualdades.

"Temos um sistema de desenvolvimento adotado por todo o planeta. E lucro das grandes empresas e corporações tem se sobreposto à vida em todas as suas dimensões. Precisamos fortalecer uma cultura preventiva com diálogo intersetorial capaz de enfrentar as vulnerabilidades institucionais e fortalecer os coletivos de trabalhadores das emergências durante os desastres, sempre ampliando e promovendo a participação das associações comunitárias e das organizações da sociedade de uma forma geral", conclui.



Mobilização do bem

Na época da tragédia de Petrópolis, a direção do Sisejufe mobilizou a categoria e organizou uma coleta de materiais de primeira necessidade e mantimentos para os atingidos pelas chuvas. A diretoria percorreu as unidades do Judiciário Federal na cidade e a 65ª Eleitoral, em Itaipava, que foi atingida diretamente.

Participaram das ações locais junto com a presidente do sindicato, Eunice Barbosa, os diretores Valter Nogueira e Carlos Cruz, o representante de base Leonardo Martins e a servidora da 65ª Zona Eleitoral Nathalie Gouhie. O diretor da entidade Lucas Costa também coordenou as ações na capital. Muitos outros voluntários se juntaram à campanha.

A entidade arrecadou e distribuiu caixas de leite, garrafas de água mineral, cobertores, colchonetes, toalhas e outros itens de primeira necessidade. Todo material foi doado pelo próprio sindicato e por servidoras e servidores tanto da capital como das cidades atingidas.

A mobilização de ajuda às vítimas de Petrópolis foi feita em parceria com o Instituto LAR e com entidades da região, em um movimento de solidariedade e empatia que contagiou toda a base. TRT1, TRE-RJ e SJRJ também disponibilizaram postos de coleta na capital e apoio para o transporte das doações a Petrópolis.

http://sisejufe.org.br ANO VI – n° 50 – Agosto de 2022 | 27







esde o dia 24 de fevereiro de 2022, as atenções mundiais estão voltadas para o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, no Leste Europeu. As coberturas da grande mídia, das agências de notícias, dos correspondentes, enviados especiais e comentaristas especializados nesses últimos meses estão direcionadas em mostrar os horrores e os dramas que a população local está submetida em meio

a guerra naquela região. As imagens que circulam pelo mundo são estarrecedoras: mulheres, crianças e idosos abandonando suas casas, partindo sem rumo em busca de lugares seguros, deixando as origens para trás. Ou, então, são veiculadas cenas dos que ficaram para resistir e sobreviver aos bombardeios e ataques das tropas inimigas.

"A guerra é o inferno", afirma Francisco Carlos Teixeira da Silva, historiador e professor titular de História Contemporânea da Universidades Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de Teoria Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), lembrando trecho de uma citação de William Tecumseh Sherman, general do Exército da União, durante a Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865), e responsável pela chamada política de "terra queimada". Entre outros





cres. É como se o "inferno" da guerra valesse apenas para determinadas regiões do planeta e para a população que habita a área afetada.

Atualmente, vários outros conflitos sangrentos ocorrem mundo afora, como na Etiópia; no Iêmen; no Haiti; em Mianmar; na Síria; na Líbia; no Afeganistão; no Sudão do Sul; na Turquia, envolvendo os curdos; na Armênia/Azerbaijão; e na eterna e interminável disputa entre Israel e Palestina. Há também questões que envolvem grupos jihajistas que tentam dominar áreas de diferentes países na África, como Mali, Niger, Burkina Faso, Somália, Congo e Moçambique.

"Infelizmente, percebe-se uma seletividade por parte da imprensa na cobertura e da própria ONU (Organização das Nações Unidas) no tratamento dos conflitos mundiais. A guerra entre Rússia e Ucrânia a contece nas barbas da União Europeia e, por isso, chama mais a atenção da mídia e do mundo. A política internacional é controlada pelas grandes potências, assim como as grandes agências de notícias são dos Estados Unidos, França e Alemanha. Há muito mais espaço na mídia se um míssil cair em Kiev, capital da Ucrânia, do que se ele estoura em Mali e mata dezenas de pessoas", compara Paulo Velasco, professor de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Ianeiro (Ueri).

O professor Francisco Carlos destaca ainda que desde 2020, na Etiópia, por exemplo, há uma guerra sem números, "posto que não interessa contar". Já no lêmen, são 231 mil mortes; em Mianmar, desde 2021, dez mil. No Haiti, novamente há fome; e Síria, 380 mil mortos; na África – Mali, Níger, Somália, Burkina Faso, Congo e Moçambique –, milhares de pessoas são vítimas da guerra civil, do terrorismo e da insegurança alimentar. Nada disso, no entanto, é assunto da mídia. "Além do Afeganistão e da Líbia, desesta-

bilizados, invadidos, abandonados, onde mulheres e crianças são violadas e escravizadas", diz.

"Quem sofre e quem morre na guerra na Ucrânia são pessoas brancas, louras e de olhos azuis. Os conflitos do Leste Europeu estão muito próximos aos centros do poder e dos meios de comunicação, diferentemente da África, por exemplo. Sem contar que a guerra na Ucrânia envolve diretamente uma grande potência nuclear, que é a Rússia, que possui seis mil ogivas nucleares e um grande arsenal de mísseis. Conflitos de outras regiões ficarão cada vez mais esquecidos caso mísseis russos caiam na capital Kiev", afirma o professor Francisco Carlos.

Para Paulo Velasco, as questões econômicas que envolvem a região afetada pela guerra no Leste Europeu se sobrepõem aos aspectos políticos e humanitários. Ele lembra que a Ucrânia é uma espécie de seleiro da Europa, devido a sua grande produção agrícola, entre outros produtos. Na safra 2020/21, o país foi o quarto maior exportador mundial de milho e o sexto maior exportador de trigo, segundo dados do Conselho Internacional de Grãos. É também o quarto exportador global de alumínio e um dos cinco principais produtores mundiais de aço, níquel, paládio e cobre. Ou seja, o impacto de uma possível suspensão da produção para os países que dependem dos produtos oriundos dessa região é enorme. Sem contar o petróleo e o gás.

Outro ponto de destaque, afirmam os especialistas, é a tentativa do Ocidente (leia-se Estados Unidos) de impedir a implementação de uma nova ordem mundial, em que países como a China, aliada de Moscou, seria nova fonte de concentração de poder. O surgimento de uma nova versão da Guerra Fria também assusta, com o temor da Rússia em ver a possibilidade de a Ucrânia aderir ao bloco de países que fazem parte da Organização do

episódios, Sherman ordenou que a cidade de Atlanta fosse incendiada em setembro de 1864.

No entanto, outros "infernos" tão terríveis, tanto quanto o que está em andamento no Leste Europeu, acontecem há mais tempo e não despertam tanto o interesse da grande mídia nem abalam a opinião pública mundial. Milhares de mortos, e outros milhares migram sem rumo em várias partes do planeta, fugindo de guerras e massa-

http://sisejufe.org.br

ANO VI – nº 50 – Agosto



Tratado do Atlântico Norte (Otan). "A Rússia vê a aliança da Ucrânia com a Otan como uma aliança hostil, como uma ameaça ao Estado russo", afirma Velasco.

Já Francisco Carlos avalia que "quebrando a Rússia com as san-

ções atuais impostas por conta da invasão à Ucrânia, os Estados Unidos e a Otan se fortaleceriam impedindo a ascensão chinesa". Em meio ao impasse, a paz fica cada vez mais longe de acontecer. Até porque ninguém parece estar buscando.

"Discursar uma, duas, dez, 20 vezes por armas e nenhuma vez pela paz é fomentar a guerra. A paz não conhece lado", afirma o professor Francisco Carlos.

E enquanto isso, os outros conflitos pelo mundo seguem esquecidos...

Outros conflitos pelo mundo

Etiópia

Conflito na Etiópia dura mais de um ano e deixou 900 mil pessoas em situação de fome. Nove milhões de etíopes necessitam de algum tipo de ajuda alimentar. É um dos conflitos mais brutais, com relatos de assassinato de civis e estupros em massa, segundo a Anistia Internacional.

Haiti

O Haiti vive uma onda de violência desde julho de 2021, quando o então presidente do país Jovenel Moïse foi brutalmente morto. A polícia haitiana alega que um grupo de mercenários principalmente estrangeiros executou o assassinato. No ano passado, mais de 800 pessoas foram sequestradas por gangues no Haiti.

Iêmen

O conflito no país já produziu 233 mil mortes, incluindo
131 mil por causas indiretas, como falta de alimentos, serviços de saúde e infraestrutura. Mais de 10 mil crianças morreram devido aos combates. Quatro milhões de pessoas foram obrigadas a fugir de suas casas e mais de 20,7 milhões (71% da população do país) precisam de alguma forma de assistência humanitária para sobrevivência.

Líbia

Os combates contínuos na Líbia, segundo a Agência da ONU para Refugiados, resultaram em mais 217 mil pessoas deslocadas internamente e aproximadamente 1,3 milhão de necessitados de assistência humanitária.

Sahel (países da África)

O conflito armado na região do Sahel Central, na África, já forçou mais de 2,5 milhões de pessoas a fugir das casas na última década. Envolve países em particular: Mali, Níger, Mauritânia, Burquina Fasso e Chade e os grupos yihadistas ligados principalmente à Al-Qaeda. Os países que compõem o Sahel possuem os mais baixos indicadores sociais do mundo, apesar de vasta riqueza de recursos naturais, como minérios e petróleo.

Mianmar

A ONG humanitária International Rescue Committee estima que os conflitos no país desde que os militares tomaram o poder deslocaram 220 mil pessoas em 2021. Segundo a entidade, mais de 14 milhões de pessoas (cerca de 25% da população) precisam de algum tipo de ajuda humanitária. Mais de 10 mil pessoas morreram desde fevereiro de 2021.

Síria

Protestos inicialmente pacíficos contra o presidente Bashar al-Assad em 2011, inspirados pela Primavera Árabe, se transformaram em uma guerra civil de grande escala, que já dura mais de uma década. São cerca de 380 mil mortos e mais de 200 mil estão desaparecidos. Dois milhões de pessoas sofreram algum tipo de ferimento.





Estado, uso da força e Justiça: um debate sobre limites

Por Ana Priscila Alves*

entre as definições de Estado, uma das mais aceitas é a de Max Weber, cânone da Sociologia, que o aponta como detentor legítimo da força. Assim, a constituição do Estado se dá desde a sua concepção a partir não apenas da delimitação de território, população e linguagem, mas também pela formulação de um (ou mais) regimento validado por todos, que atribui ao Estado, enquanto apa-

relho público, o monopólio do uso legítimo da força, para proteção, repressão ou garantia do cumprimento deste regimento.

Aqui no Brasil, temos a Constituição Federal, o Código Penal, o Código Civil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros. Nesse sentido, uma das tarefas do Estado tem sido punir ou controlar outros usos da força de forma não legítima, isto é, por iniciativa individual ou de

Ideias

^{*}Gestora pública (IPPUR/UFRJ), mestranda em Sociologia (IESP-UERJ) e assistente da assessoria política do Sisejufe



As polícias têm sido o braço armado do Estado responsável pelo uso da força nos territórios. Uso da violência é recorrente

grupos organizados que não o poder público, como, na nossa realidade do Rio de Janeiro, o tráfico e as milícias. Apesar de que, com a última, aparentemente não tem havido lá muitos conflitos, mesmo com a ocupação e o controle territorial de forma irregular e não oficial.

Breve retrospectiva

Historicamente, as polícias têm sido o braço armado do Estado responsável pelo uso da força nos territórios. Se estamos falando de história, é válido lembrar que a concepção do Estado brasileiro se deu a partir da colonização europeia num território já ocupado por povos indígenas, ou seja, a partir de violência. Como na teoria weberiana, a consolidação do Brasil-Nação caminhou junto com a constituição das polícias.

Segundo as pesquisas da socióloga Maria Cecília Minayo, antes de 1570, o Brasil já havia recebido uma primeira organização policial (sempre de forma militarizada) e já tinha construído sua primeira prisão. E a partir de 1626, a estrutura policial foi se transformando e

autofinanciando - cabe pontuar que uma das formas era a taxa de açoite em pessoas escravizadas.

Contudo, foi só em 1808, a mando de Dom João VI, que a instituição que hoje chamamos de Polícia Militar passou a existir: era a "Polícia da Corte", com um caráter sobretudo político, de garantir a ordem da população civil e conter qualquer organização libertária aos moldes da Revolução Francesa ou Haitiana, verdadeiros pânicos nas metrópoles.

O caráter mais independente da Polícia Militar lhe atribuía algum grau de arbitrariedade. Desde então, já se observava que a mão pesada recaía sobre os escravizados e os pobres livres. Essa postura permanece até hoje, séculos depois. E, ao que parece, nos últimos anos há um recrudescimento dela.

História do tempo presente

No último período, tem havido um aumento na letalidade policial. Um ano depois da operação mais letal da história do Rio de Janeiro – a chacina do Jacarezinho, ocorrida em 6 de maior de 2021 que re-

sultou em 28 mortes comprovadas, das quais as investigações de 24 foram arquivadas –, maio de 2022 foi marcado por um novo massacre, dessa vez no Complexo da Penha, com 25 mortes confirmadas.

Dentre as muitas operações, uma das marcas nos últimos anos têm sido o fechamento das escolas nas comunidades e um aumento de crianças vitimadas. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2015 e 2017, 2.215 crianças e adolescentes foram mortos em decorrência de violência policial - no Brasil, 69% eram negros e negras, já no Rio de Janeiro, esse indicador sobe para 86%. De 2016 a 2021, só no Estado do Rio de Janeiro, foram 100 crianças baleadas, 30 delas vítimas fatais, caso de Agatha Felix, morta aos 8 anos de idade, no Complexo do Alemão, em 2019.

Nos últimos 14 anos, apenas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ocorreram 593 chacinas, 16 delas nesta primeira metade de 2022.

A legitimidade da violência

A recorrência de casos que extrapolam o razoável num país onde









Moradores do Jacarezinho organizaram protesto após chacina, em maio de 2021, a mais letal da história do Rio com 28 mortos

não existe pena de morte traz à tona a questão: até que ponto vai a legitimidade da força estatal? Em sua obra "Economia e Sociedade", Weber, que atribui a legitimidade da violência ao poder público, aponta importantes limites teóricos. Um deles é a relevância de instâncias superiores capazes de regular a aplicação de tal dominação de ordem burocrática, pois está assentada em regimentos legais.

A maior instância jurídica no país, como se sabe, é o Supremo Tribunal Federal (STF), que já havia determinado que não fossem realizadas operações policiais durante o período pandêmico. No entanto, isso não parece ter sido uma questão para o governador Cláudio Castro (PL), que seguiu normalmente com sua política de Segurança Pública baseada na morte de pessoas pretas e periféricas.

Outra instância importante é o Ministério Público (MP), que tem como função o controle externo da atividade policial, garantindo o cumprimento das leis e da Constituição. Ele deve ser um forte aliado para evitar casos de violência ex-

trema. Porém o que se vê na prática, é que, por mais importante que seja a atuação do MP, foi esta mesma instituição que encaminhou o arquivamento de 24 dentre as 28 mortes no Jacarezinho.

Mas por que não há um impedimento de fato dessas intervenções extremamente violentas? A antropóloga Janet Roitman nos dá uma pista em seu artigo "Productivity in the Margins: The Reconstitution of State Power in the Chad Basin". Segundo ela, essa atuação nas margens (ou, em outras palavras, nas periferias e com as pessoas marginalizadas) pode contribuir e contribui para uma reestruturação do poder do próprio Estado, sobretudo em períodos de crise, como o que estamos.

Direito à Justiça

Dado que dificilmente o Estado questionará o uso próprio da força, precisamos falar sobre direito à Justiça. Se é bem verdade que os alvos da violência têm cor, é necessário pontuar que os agentes de justiça também têm. Em fevereiro deste ano, o Sisejufe pro-

moveu uma mesa de contribuição ao Fórum Social Mundial intitulada Enegrecendo a Justiça: para além da política de cotas.

Em sua cartilha preparatória, baseada em dados da Pesquisa Sobre Negros e Negras no Poder Judiciário, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ficou explícita a maioria branca do Poder Judiciário (68,3% dos servidores e 85,9% dos magistrados). Faz-se essencial racializar não apenas a negritude das periferias, mas também a negritude da Justiça para questionar ao Judiciário: quem são os sujeitos de direito?

Um dia antes de sua morte, a vereadora Marielle Franco (Psol) questionou: "Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?". Esta pergunta precisa ser reverberada entre os operadores da força e da Justiça diariamente para reverter o cenário de genocídio posto no Rio de Janeiro.

É urgente termos uma conversa franca em nossos locais: quando colocaremos na mesa as fissuras do suposto Estado democrático de direito que defendemos?

http://sisejufe.org.br ANO VI – n° 50 – Agosto de 2022 | 33





Entre o passado e o presente

Por Ana Carla Gomes*

uma manhã de sábado, quando sol e frio se entrelaçavam no outono carioca, rumei para Água Santa, na Zona Norte do Rio. O destino era a casa do jornalista Luarlindo Ernesto, mestre do jornalismo brasileiro e testemunha de um tempo em que o tête-à-tête era algo corriqueiro entre as pessoas. Inclusive, logo reparei nos telefones de discar, verdadeiras relíquias expostas em sua sala.

Lembro de que ter uma linha fixa de telefone já foi algo caríssimo e sinal de status. Também houve uma época em que os minutos de ligação eram preciosos ao contratar um plano com uma operadora de celular. Hoje, eles costumam ser ilimitados, e os dados valem ouro.

Passamos a valorizar não a voz do outro lado da linha, mas a quantidade de informações que podemos enviar e receber num período. Quanto mais, melhor. Somos procurados a todo instante, mas suspeito que são poucas as vezes em que nos encontramos de fato com o outro. Afinal, os dados não param...

Tive essa exata noção num dia desses, quando entrei numa sessão de quiropraxia com o fisioterapeuta que sempre me acode nas horas de estresse. Enquanto ele alinhava a minha coluna, eu só tinha o pensamento voltado para aquele momento. Longe de mim, em cima de uma mesa, o meu celular parecia adormecido. Mas era só ilusão.

Bastou eu sair do atendimento, cerca de uma hora depois, para desbloquear o aparelho e constatar que novos dados estavam lá. Aos montes. De todos os tipos e origens. Havia recebido mensagens corriqueiras, vindas de casa: "Passa no mercado e compra alface, por favor". E várias



outras, de inúmeros grupos. Não sei em que momento a gente concordou que dava conta de tanta informação – chegamos ao ponto de falar com uma mesma pessoa pelo WhatsApp e pelo direct do Instagram, sobre assuntos totalmente diferentes. E garantimos que estamos 'on' nos dois lugares.

Até os áudios já foram acelerados para ouvirmos mais rápido quem nos solicita. Assim, nem tudo o que lemos e escutamos é captado com a essência de que gostaríamos. Há até quem prefira retirar os risquinhos azuis de visualização do WhatsApp — dizem que é libertador. E há quem sonhe com o dia em que não aparecerá mais o status de 'online' no aplicativo, logo

embaixo do nosso nome. Faz muito sentido, já que nem sempre estamos conectados de fato com o que tanta gente nos envia ao mesmo tempo.

Nesse vaivém de dados, confesso que me rendo à praticidade dos dias atuais e adoro as figurinhas, os memes e osemojis. Mas prefiro ficar em algum lugar entre o passado e o presente e resgatar um pouco do que vi na sala do Luar, como chamamos carinhosamente o Luarlindo. Sorte a minha que ele — com tantas histórias boas — ainda é um defensor do velho e bom telefonema, dos encontros presenciais e das imbatíveis conversas ao vivo.

*Jornalista



SISEJUFE





Fortaleça o Serviço Público!

ESSA LUTA É DE TODAS E TODOS!

SISEJUFE